



*Estado do Rio de Janeiro*

*Câmara Municipal de Miguel Pereira*

**LEI Nº 1701 DE 23 DE MARÇO DE 2001.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA  
APROVA, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Regulamenta o inciso XII, do art. 305, da Constituição Estadual, bem como o previsto no art. 15, da Lei Federal nº 9.394/96, estabelecendo eleições diretas para as Direções das escolas mantidas pelo Poder Público Municipal, com a participação da comunidade escolar.**

**Art. 1º - Os cargos de Diretor e de Diretor-Adjunto das escolas mantidas pelo Poder Público Municipal, serão preenchidos mediante eleições diretas, livres e secretas, realizadas no âmbito de cada unidade.**

§ 1º - Haverá um Diretor-Adjunto nas escolas onde houver um número superior a 250 (duzentos e cinquenta alunos).

§ 2º - O mandato do Diretor e do Diretor-Adjunto será de 3 (três) anos sendo admitida a reeleição por mais um mandato.

**Art. 2º - Para candidatar-se, deverá o professor:**

I – contar no mínimo 03 (três) anos de efetivo exercício no magistério Público Municipal, com pelo menos 02 (dois) anos em regência de Turma;



*Estado do Rio de Janeiro*

*Câmara Municipal de Miguel Pereira*

II – estar em exercício na unidade escolar ou dela não estar afastado por mais de 01 (um) ano letivo.

III – não estar indiciado em irregularidade administrativa, nem ter tido participação comprovada em fato da mesma natureza.

Parágrafo Único – Não será admitida a candidatura do professor em mais de uma chapa na unidade escolar em que esteja concorrendo, ou em mais de uma unidade escolar.

Art. 3º - A inscrição da chapa será feita até 15 (quinze) dias antes do pleito, perante a Comissão Eleitoral.

§ 1º - No ato da inscrição a chapa apresentará a proposta de trabalho dos seus componentes.

§ 2º - Será de 10 (dez) dias o período de inscrição das chapas concorrentes.

§ 3º - O processo eleitoral dar-se-á no mês de novembro, com o acompanhamento normativo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - A Comissão eleitoral a que se refere o artigo anterior será constituída preferencialmente, de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e será eleita em Assembléia Geral convocada especificamente, para este fim, até 30 (trinta) dias antes do início do pleito.

Parágrafo Único – O Presidente da comissão eleitoral será indicado por seus membros.

Art. 5º - Caberá a comissão Eleitoral:





*Estado do Rio de Janeiro*

*Câmara Municipal de Miguel Pereira*

I - fixar as instruções normativas sobre o andamento do processo eleitoral, nestas incluído, obrigatoriamente, o debate entre as chapas concorrentes e a comunidade escolar;

II – comunicar à Secretaria Municipal de Educação as chapas inscritas e seus programas de trabalho;

III – providenciar o cadastro dos eleitores;

IV – providenciar a ampla divulgação do pleito e suas normativas legais;

V - zelar pela legalidade e probidade do pleito;

VI – acolher e julgar recursos interpostos pelas chapas concorrentes ou por eleitores;

VII – proclamar o resultado do pleito e registrá-lo em ata, a qual será encaminhada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º - São eleitores para os fins desta Lei:

I – Os professores e os demais servidores em efetivo exercício na unidade escolar;

II – Os alunos matriculados na unidade escolar, a partir da 5ª série ou que, independente da série que estejam cursando, tenham no mínimo 11 (onze) anos de idade na data do pleito;

III – um responsável por aluno matriculado nas escolas de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, independente da série que esteja cursando.

§ 1º - Cada eleitor terá direito a 01 (um) voto na mesma unidade escolar.

§ 2º - Ao professor com 02 (duas) matrículas ou ao professor que atua em mais de uma unidade escolar é facultado o voto em ambas as unidades.



*Estado do Rio de Janeiro*

*Câmara Municipal de Miguel Pereira*

§ 3º - São assegurados os votos dos analfabetos e os portadores de deficiência visual.

§ 4º - Não será admitido o voto por procuração ou em trânsito.

Art. 7º - Os votos serão computados pela maioria simples.

§ 1º - O quorum mínimo eleitoral para que seja referendado o pleito será de 40% (quarenta por cento) do universo de eleitores da unidade escolar.

§ 2º - Havendo apenas 01 (uma) chapa concorrente, exigir-se-á, além do quorum previsto, o voto favorável da maioria absoluta do total de votos cada urna.

Art. 8º - Não sendo atingido o quorum mínimo previsto no parágrafo 1º do artigo 7º caberá ao Poder Executivo a indicação da nova direção da unidade escolar.

Art. 9º - Cada chapa poderá credenciar até 03 (três) fiscais para acompanhar o processo eleitoral.

Art. 10 - As cédulas e as urnas eleitorais serão confeccionadas conforme instruções da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 - Nas escolas onde, por ausência de chapas concorrentes, não houver eleições, o Poder Executivo decidirá sobre o preenchimento dos cargos de direção.

Art. 12 - Nas escolas recém-inauguradas e municipalizadas será nomeadas pelo Poder Executivo uma direção provisória até a data das eleições gerais.

Art. 13 - A Segunda matrícula dos eleitos, se for o caso será transferida para a unidade onde exercerão seus cargos de direção, durante todo o período do mandato.





*Estado do Rio de Janeiro*

*Câmara Municipal de Miguel Pereira*

Parágrafo Único – Caso o eleito seja servidor do quadro de outra rede pública de ensino na Segunda matrícula, o Poder Executivo providenciará sua requisição.

Art. 14 - A nomeação dos diretores eleitos dar-se-á com validade a contar do dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da realização das eleições.

Art. 15 – O não cumprimento das normas legais e regimentares por parte do diretor acarretará em sua exoneração do cargo cabendo ao Poder Executivo a nomeação do substituto para completar o mandato.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Miguel Pereira,  
Em, 06 de abril de 2001.

**FERNANDO PONTES MOREIRA**  
**Prefeito Municipal**

